



CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE DA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA SOB A ÓTICA DOS REGIMES PÓS- KEYNESIANOS E A CONTROVÉRSIA DA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA

Macroeconomia e conjuntura

Ualace Roberto de Jesus Oliveira¹

RESUMO

No presente trabalho será abordada a visão de alguns autores sobre a temática referente a “nova classe média”. Não obstante, a tradicional classe média também será mencionada, uma vez que para compreender o “fenômeno” que gerou a primeira é necessário entender a segunda, fato que permitirá, inclusive, possíveis comparações entre esses dois grupos. Neste trabalho, será discutido também a crítica de alguns autores sobre o consumo puxado pela demanda.

Palavras-chave: Nova Classe Média”. Demanda Agregada. Salários.

1 INTRODUÇÃO

A formação de classes médias bem como os anseios desses grupos são questões indissociáveis de eventos políticos, econômicos e sociais. Esse é um processo que passou a ganhar dimensão nos países industrializados, principalmente no século XIX, e ganhou notoriedade no pós-guerra haja vista as relações comerciais desenvolvidas pelos Estados Unidos com a Europa a partir de então.

No imediato pós-guerra, o modo de produção capitalista vivenciou uma importante prosperidade material impulsionada, dentre alguns fatores, pelos planos de reconstrução da Europa e pela abertura dos mercados estadunidense aos produtos dos países europeus. No chamado “trinta anos gloriosos do capitalismo” alguns países lograram crescimento econômico pujante (“milagres econômicos”) e nesse episódio o fordismo teve contribuição fundamental haja vista a implementação de políticas salariais que beneficiava a classe

¹ Ualace Roberto de Jesus Oliveira; mestrando em economia (UFBA); email: ualacejesus@bol.com.br



trabalhadora, possibilitando assim a formação de classes médias assalariadas. Com a implantação da social-democracia foi possível também viabilizar políticas socioeconômicas pautadas no “welfare state”, ajudando a promover um processo mais equânime de distribuição de renda.

Mas a prosperidade desse processo perdura até a década de 1970, pois alguns elementos importantes que o sustentava entraram em bancarrota: o investimento privado e a rentabilidade das empresas passaram a cair, e nesse ínterim a produtividade também passou a declinar. Com a crise do Estado providência a ascensão do neoliberalismo põem em cheque os ganhos do fordismo, e a retórica dos seus principais arautos era em prol de um modelo de acumulação em que o mercado norteasse a economia.

Nesse momento os efeitos das políticas neoliberais foram sentidos também no Brasil, tornando-se ainda mais perversos a partir da década de 90. O país que crescia em média 7,5% ao ano, de 1930 a 1980, fruto de um modelo econômico que focava, dentre outras questões, o crescimento puxado pelo consumo passou a registrar queda acentuada na taxa de crescimento e a enfrentar também problemas sociais graves como o desemprego, recessão e hiperinflação.

Mas a partir de 2003, se intensificou um importante fenômeno econômico e social no Brasil que foi a inclusão social de um grande contingente populacional que outrora estava alijada do processo de apropriação da riqueza. Contribuíram para esse processo as políticas econômicas de estabilização da moeda que pôs fim a inflação, além de conjuntura externa favorável e políticas econômicas expansionistas. A inclusão socioeconômica desse grande contingente de indivíduos tem sido vista por muitos autores como a formação de uma “nova classe média”.

Laumonier e Souza (2010) apontam que o crescimento da classe média nos países emergentes é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente e entre os fatores que deflagraram a esse processo, destaca-se a extraordinária prosperidade da economia mundial nos 20 anos que antecederam a crise de 2008-2009, e no caso brasileiro o controle da inflação e a conseqüente expansão do crédito (Lamounier, 2013).

Mas a idéia de que há no país uma “nova classe média” tem suscitado polêmica por três motivos fundamentais: primeiro, a sociologia não analisa a sociedade pelo critério de classe econômica como muitos autores tem feito, e sim pelo de classe social; segundo, a concepção de uma “nova classe média” estão relacionados apenas com o consumo de bens e serviços e na análise concernente a alguns valores subjetivos que esse grupo vislumbra, como expectativas sobre o futuro, felicidade futura, família, religião e etc.; e terceiro, que é o



aspecto chave deste trabalho, até quando as políticas econômicas adotadas pelos governos atuais sustentarão as conquistas obtidas pela “nova classe média”?

O artigo tem por objetivo discutir os recentes avanços sociais que contribuíram para formação de uma “nova classe média” no Brasil, isto é, a nova classe C e as polêmicas que a envolve.

O artigo justifica-se com intuito de entender os caminhos e tendências do Brasil, e para entender tais questões não há como deixar de considerar o crescimento da classe média e “nova classe média”, fruto das principais transformações sociais ocorridas no país a longo desse século, ainda que haja alterações ideológicas sobre a existência ou não de uma “nova classe média” (Guerra et al, 2003).

Para tanto artigo foi subdividido em quatro partes. Na primeira seção deste trabalho serão discutidas, brevemente, as contribuições teóricas acerca do crescimento puxado pela demanda e o crescimento da classe média no período do pós-guerra. Na segunda seção será discutida sucintamente a temática referente à classe média brasileira. Na terceira seção será abordada a questão referente a “nova classe média”, onde é postulada a visão dos principais autores acerca desse tema e na última serão consideradas as críticas ao modelo de crescimento puxado pela demanda. Em termos metodológicos o presente trabalho consistiu numa revisão bibliográfica referente à temática da “nova classe média”.

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CRESCIMENTO PUXADO PELA DEMANDA E CLASSE MÉDIA NO PÓS-GUERRA.

O debate referente à formação de classes médias está no bojo das teorias que tem por objetivo discutir o papel da demanda agregada na distribuição de renda. De keynesianos a kalecknianos de todas as gerações, indo a marxistas “o crescimento puxado pela demanda agregada é visto como responsável por alavancar além do crescimento econômico o consumo doméstico das famílias ou as exportações” (FERRARI FILHO, 2012, p.11). Mas segundo Beckler (2002) nas teorias econômicas onde a demanda agregada afeta o crescimento no longo prazo uma questão crucial não resolvida é a forma como a distribuição afeta a demanda agregada e a taxa de crescimento. Kaldor, de acordo com Galeno e Feijó (2010) procurou explicar o que foi dito a pouco, dizendo que a acumulação de capital é o ente da demanda



agregada capaz de acelerar as taxas de crescimento econômico de forma sustentada e duradoura (GALEANO E FEIJÓ, 2010). Kaldor considerou o progresso técnico como força motriz do crescimento econômico, assumindo este como estando incorporado aos equipamentos de última geração além de considerá-lo endógeno ao seu modelo de crescimento (GALEANO E FEIJÓ, 2010).

De acordo com Bresser-pereira et al (2010) para compreender a endogeneidade de longo prazo da disponibilidade de fatores de produção, deve-se analisar a disponibilidade de capital e esta num dado ponto do tempo é resultante das decisões passadas de investimento em capital fixo. Dessa forma, o referido autor assinala que o condicionante fundamental do “estoque de capital” é a decisão de investimento:

O investimento depende de dois conjuntos de fatores: o custo de oportunidade do capital e as expectativas a respeito do crescimento futuro da demanda por bens e serviços. Nesse contexto, se os empresários anteciparem um crescimento firme da demanda pelos bens e serviços produzidos pelas suas empresas, então eles irão realizar grandes investimentos na ampliação da capacidade de produção (BRESSER PEREIRA ET AL 2010, p.11).

Segundo Freitas (2002) foi no intuito de fundamentar a idéia a qual o investimento seria basicamente induzido pela demanda final da economia que Kaldor utilizou um modelo do tipo supermultiplicador, e segundo este modelo o nível de produto dependeria do nível dos gastos autônomos. No modelo de Kaldor “o crescimento das economias seria explicado, primordialmente, pelo crescimento dos gastos autônomos e, portanto, seria liderado pela demanda” (FREITAS, 2002, p.2).

De acordo com Martinez e Braga (2013) a literatura kaleckiana mais recente considera que a melhora da distribuição funcional da renda a favor dos trabalhadores pode tanto elevar o crescimento, configurando uma economia liderada pelos salários, quanto reduzi-lo, caso de uma economia liderada pelos lucros. “A emergência de uma configuração ou outra que dão características estruturais da economia, com especial relevância para o investimento: se o efeito acelerador predomina, a economia é liderada pelos salários, mas se o investimento é mais estimulado pela elevação da margem de lucro, o crescimento se torna liderado pelos lucros (MARTINEZ E BRAGA, 2013, p. 16).

Mas o limite do crescimento econômico liderado pela demanda poderia encontrar um limite e ele seria dado por uma restrição efetiva na balança de pagamentos (GALEANO E FEIJÓ, 2010). Desse modo, a exportação é o único componente da demanda agregada capaz



de criar recursos a fim de financiar a importação de bens de capital necessários para elevar a taxa de crescimento da economia. Assim:

Nesta perspectiva, os modelos de linha kaldoriana justificam as diferentes performances das economias pelo lado das exportações. A hipótese central é que a taxa de crescimento de longo prazo compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos deve ser puxado pelo crescimento das exportações que leva ao crescimento do produto, ao qual o consumo e investimento se ajustam. Assim, as exportações são o único componente da demanda agregada capaz de gerar o ‘empurrão’ necessário à demanda agregada, e permitir a expansão dos demais componentes remanescentes da demanda agregada (GALENO E FEIJÓ, 2010, p.90).

A questão mencionada acima sobre o crescimento liderado pelas exportações e pelos salários descreve o cenário da economia no pós-guerra, no qual a o capitalismo vivenciou um momento importante em sua história. Como destaca Belluzo (1995) os Estados Unidos e sua economia cumpriram durante os primeiros vinte anos do pós-guerra uma função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Segundo esse autor, sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas às condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo. Com o plano Marshall, os EUA passaram a cooperar de forma ativa na reconstrução dos países envolvidos diretamente no conflito, fato que possibilitou a tais países crescer sem que houvesse pressão na suas respectivas balanças de pagamentos.

De acordo com Wanderley (2011) apud Arrighi (2001), iniciou-se no pós-guerra uma reestruturação profunda no espectro político e econômico. Uma nova ordem mundial foi gestada sob a hegemonia americana, que no final dos anos 40 detinha o monopólio da liquidez internacional. No fim da guerra o saldo em conta corrente era muito mais alto que o da conta comercial, a centralização financeira mundial foi ainda maior. “Mudanças substanciais foram introduzidas e várias áreas através da criação de vários organismos internacionais, a exemplo da ONU, FMI, BIRD e tantos outros. Essa concepção demonstra um rompimento com a economia ortodoxa e segue um roteiro keynesiano, com o Welfare State” (WANDERLEY, 2003 *apud* ARRIGHI, 2001).

Conforme Belluzo (1995 *apud* ALLIENZ, 1988) um elemento importante nesse processo foi a criação de um mundo fundado sobre o direito ao trabalho, que tinha como objetivo o pleno emprego e o crescimento dos salários reais. Assim:

Promover a dinâmica, onde o crescimento dos salários ocorre em benefício dos lucros que eles engendraram, implicou uma modificação no papel do Estado. Este, não apenas ratificou e garantiu os acordos de produtividade, mas também manteve, quando não planejou, a dinâmica revestida por eles: por um lado estimulou o



consumo dos assalariados através do aumento das transferências sociais e, por outro, sustentava os investimentos produtivos controle das taxas de juros e política de investimentos públicos (BELUZZO, 1995 *apud* ALLIENZ 1988).

Mas eventos extraordinários como “choque do petróleo”, somados a desindustrialização nos EUA, ao desemprego na Europa, além da reestruturação produtiva puseram um fim no Welfare State, contribuindo para mudança do papel do estado na economia, e com efeitos sobre a classe média do período em questão. Para Guerra (2003 *apud* TOURAINE, 1999) a reestruturação produtiva reduziu hierarquias funcionais, limitando o gerador de empregos assalariados da classe média no interior do setor industrial. Nesse processo, houve uma transformação no seio da classe média assalariada, expressa pela concentração crescente dos postos intermediários na estrutura ocupacional no setor terciário da economia, não mais necessariamente vinculados ao tradicional emprego assalariado.

Trata-se de um conjunto de novas oportunidades ocupacionais de classe média indiretamente contratada no âmbito das cadeias de produção mundial e empresas em rede. Essa novidade na sociedade de serviços rompe com a tradicional classe média assalariada no interior da grande empresa industrial (GUERRA ET AL, 2006).

“A passagem do fordismo para o toyotismo terminou sendo acompanhada pela crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e com ausência de regulação pública (POCHMANN, 2013, p. 159).”

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CLASSE MÉDIA NO BRASIL

De acordo com Prieb (2012) a classe média apresentou peso econômico e político bastante decisivo na história recente do Brasil. Segundo Laumonier e Souza (2010) a classe média e, especialmente, seu braço militar teriam sido uma das forças motrizes da proclamação da república, da série de insurreições contra o poder econômico e políticos oligarquias das agrárias que pontilharam os anos 20, e por fim da revolução de 1930. Fazendo alusão a Rui Barbosa, os autores citados acima escrevem que: “a classe média foi o substrato social ‘que animou e vivificou a pregação de idéias: progresso econômico, enriquecimento, ampliação e diversificação do trabalho brasileiro, técnica, iniciativa, renovação das classes dirigentes, reforma social’” (LAMOUNIER E SOUZA, 2010, p.9).



No debate referente à classe média brasileira uma abordagem importante sobre o tema é aquela feita por Florestan Fernandes. De acordo com Oliveira e Vasquez (2010) Florestan Fernandes procurou entender não apenas a realidade social do país, a partir de um processo de reconstrução histórica, social e econômica de seu povo, mas também procurou discernir sobre as condições e possibilidades das transformações sociais no Brasil, de modo a superar os constrangimentos sócio-econômicos impostos pelos resquícios ainda presentes da ordem social senhorial e escravista não completamente superados pela ordem social competitiva.

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), uma nova lógica de acumulação passa a favorecer o crescimento da classe média e este evento foi favorecido pela entrada de capital externo e pela chegada de empresas multinacionais com destaque para as montadoras de automóveis, estas que foram responsáveis pela política governamental de ampliação do sistema rodoviário com a construção de estradas por todo o país (PRIEB, 2012).

Com o “milagre brasileiro” no fim dos anos 60, houve expansão do emprego assalariado e uma classe média surgiu composta então de funcionários e gerentes de grandes empresas e de repartições públicas (OLIVEIRA, 2010). Porém, em meados da década de 1970, ocorreram importantes transformações, sobretudo tecnológicas, que levaram à reestruturação produtiva com efeitos deletérios no mercado de trabalho. No bojo de tais transformações encontrava-se a reengenharia produtiva, terceirização, desverticalização da produção, etc. “Tais elementos provocaram redução na hierarquia de funcionários, gerando crescente concentração de postos intermediários na estrutura ocupacional do setor terciário da economia” (OLIVEIRA, 2010 *apud* POCHMANN, 2006 p.108).

Com a interrupção do ciclo de industrialização que começa nos anos 80, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento, segundo Pochmann (2004). Conforme o referido autor, o país passou a registrar sinais expressivos de regressão ocupacional. “A elevada instabilidade nas atividades produtivas juntamente com a combinação perversa entre o a financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial aprofundou os efeitos deletérios sobre a classe média” (POCHMANN, 2004, p.3). O fim dos governos militares legou ao país, além dos problemas mencionados, outros problemas graves como concentração da renda e riqueza, dívida externa e hiperinflação.

Nos anos 90, os efeitos da desestruturação no mercado de trabalho tornaram-se mais evidente. Segundo Gomes (2005) o rumo da política econômica comprometeu o ingresso da população no mercado de trabalho. “Os anos 90 afiguraram-se como importante ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira. Já no início da década, deu-se início a um



processo de desregulamentação da economia e sua abertura, além da retirada do Estado do campo produtivo (via privatizações) e contingenciamento do gasto público (GOMES, 2005, p.6)”.

Em 1994 com objetivo de estabilizar a economia, após algumas tentativas malogradas de estabilização, o plano Real deu um novo fôlego à classe média, pois a paridade da nova moeda com o dólar possibilitou que a classe média voltasse a consumir viagens ao exterior, bebidas e outros produtos importados. “Em 1994, iniciou-se também um *boom* econômico, apesar de taxas de juros reais muito altas. O *boom* teve sua origem no aumento dos salários reais” (MOURA, 2007, p.121).

Mas com a desvalorização do real frente ao dólar em 1999, fruto de conjuntura externa adversa, a classe média começou a sentir o preço da estabilização. “Contudo, isso não impediu o aumento substancial do segmento médio, o quintil do meio: a classe C” (OLIVEIRA, 2010, p.109).

4 TEMOS UMA “NOVA CLASSE MÉDIA”?

O debate referente à “nova classe média brasileira” tem gerado polêmica até mesmo entre aqueles que celebram os avanços sociais ocorridos nas últimas décadas. Para alguns, inclusive, o termo “nova classe média” é tão controverso que deveria ser adicionadas muitos “aspas” a ele. A razão de tal polêmica não reside apenas no fato dessa nomenclatura ser estranha à sociologia, mas também pelo fato das mudanças sociais ocorridas no país, que permitiram a muitos indivíduos lograrem um “upgrade” na vida social, não terem sido suficientes o bastante para reduzir, com profundidade, problemas sociais graves nas áreas de saúde, moradia, educação, saneamento básico, por exemplo. Ademais, no debate sobre a possível existência de uma “nova classe média” são levantadas questões relacionadas aos novos padrões de consumo desse grupo, as interações sociais das quais participam os seus integrantes, religiosidade, ética e moral, escolaridade, perspectivas sobre o futuro e etc. No centro dessas discussões serão desatacadas a visão de alguns autores acerca da “nova classe média”.

De acordo com Abílio (2011) o período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. Esse processo é fruto de políticas como: “valorização do salário mínimo; queda da taxa de



juros; ampliação do programa Bolsa-Família; queda da taxa de desemprego; aumento do emprego com carteira assinada; elevação do rendimento dos trabalhadores (SICSÚ, 2013, p.40-44). “A manutenção da taxas relativamente baixas de inflação tornou possível romper com o mecanismo de corrosão real dos salários; a recuperação do poder de compra do salário mínimo aumentou 522,0 % entre 1995 e 2012, muito acima da taxa de inflação acumulada que foi de 251,3%” (FERREIRA FILHO E FONSECA, 2013, p.2). “A expansão interna se dá mediante a concepção, formulação e execução de políticas públicas, sobretudo a partir da formatação de uma rede de proteção social orientada para a redução das desigualdades sociais estruturais, para a criação de um mercado interno vigoroso e para a distribuição social da renda (PINHO, 2011, pg.3).”

De acordo com Pomar e Tible (2012) a elevação do padrão de consumo de milhões de brasileiros, além do ingresso no ensino superior de outros tantos, a qualificação profissional, a criação de oportunidades, além de novas aspirações e valores teriam provocado o surgimento de uma “nova classe média”.

Como podemos definir, então, a “nova classe média”? Embora classe média seja um termo de uso comum, sua definição continua a desafiar os cientistas sociais. Se o conceito de classe média continua envolto em controvérsias o de “nova classe média” é ainda mais controverso. Diante disso, uma das prioridades é colocar em discussão as definições existentes, suas bases teórico-conceituais e as formas como empiricamente têm sido operacionalizadas. Uma das visões acerca da “nova classe média” é aquela que a interpreta como o segmento dos “entrantes”, ou seja, aqueles que outrora eram pobres e que, nas duas últimas décadas, ascenderam verticalmente na pirâmide social. Segundo esta visão, a “nova classe média” é parte da atual classe média, sendo formada pelos novos “entrantes” (Barros et al, 2010).

De acordo com Lamounier (2010) historicamente, a classe média tradicional tinha relação umbilical com o serviço público. Era formada por funcionários do governo que tinham emprego estável e que tinham também uma perspectiva de aposentadoria muito favorável. Seu estilo de vida era bastante peculiar, inclusive no vestuário. A classe média de outrora também tinha acesso a boas escolas públicas. Já a classe C é bastante diferente. A “nova classe média” é um universo bem mais amplo. Não existe nela a mesma homogeneidade de valores, crenças políticas ou comportamentos sociais que há na classe média tradicional (LAMOUNIER, 2010). Ao contrário dos integrantes da classe média tradicional, que apenas almejaram reproduzir o status dos pais, em um universo mais ou



menos estático, os filhos dessa “nova classe média” querem subir na vida, viver melhor, consumir mais (LAMOUNIER, 2013).

Lamounier e Souza (2010) ao apontar as transformações sociais ocorridas recentemente no país destacam que elas foram importantes para formação da “nova classe média”. “De fato milhões de brasileiros passam a experimentar a mobilidade social em um contexto de mudança no plano das identidades coletivas; mudanças que dizem respeito não apenas a taxas ou padrões individuais de mobilidade, mas ao próprio sistema de estratificação social (LAMOUNIER E SOUZA, 2010, p. 157)”. Ademais, na temática referente à “nova classe média” os autores discutem questões acerca dos valores cultivados por esse grupo (religiosidade, empreendedorismo, capital social, consumo, aspectos políticos e etc.) e suas aspirações, além dos desafios que doravante enfrentarão. Porém o aspecto mais importante evidenciado por esses autores diz respeito à sustentabilidade do processo que gestou a classe C.

Para Azevedo e Margedan Junior (2009) o grande aumento na renda das classes C e D causados pelo aumento real do salário mínimo, aposentadorias e proteção social melhoraram e muito a distribuição de renda. Segundo os autores supracitados o mercado de baixa renda que outrora concentrava seu consumo em bens de primeira necessidade, hoje apresenta grande potencial de consumo. Os autores atribuem papel fundamental ao crédito no processo de diversificação na pauta de consumo dos integrantes da base da pirâmide: “o crédito fácil possibilita a compra de bens antes exclusivos da classe média para cima, como DVDs, computadores e brinquedos mais caro. O Brasil possui um expressivo percentual de domicílios com televisores, o que leva esse consumidor a desejar o que vê na televisão (AZEVEDO E MARGEDAN JUNIOR, 2009).

Semelhantemente a outros autores, Azevedo e Margedan Junior (2009) abordam também questões referente a participação das classe C, D, e E por região. Segundo eles a população de baixa renda, com potencial de consumo é prioritariamente urbana e vive na periferia das grandes cidades com forte concentração nas maiores regiões metropolitanas e, em particular, nas de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o aspecto chave na obra desses autores é diz respeito ao comportamento do consumidor de baixa renda. “para entender os motivos reais de uma compra é necessário reconhecer qual a verdadeira necessidade ou desejo dos vários tipos de consumidores e para isso recorreremos a psicologia, que já identificou diversos modelos de comportamento do consumidor” (AZEVEDO E MARGEDAN JUNIOR, 2009, p.47). Assim, tais autores lista alguns modelos que, segundo eles, determinam a estratégia que



melhor se adaptará ao comprador potencial. Os modelos são: modelo de aprendizagem, modelo psicanalítico, modelo sociológico, modelo econômico, modelo de Maslow.

1 – Modelo de aprendizagem: esse modelo sugere que as necessidades são resultado da interação entre diversos impulsos (primários ou instintivos e aprendido), estímulos, sugestões, reações e reforços. Cada vez que existe uma necessidade existe um impulso instintivo de satisfazê-lo.

2 – Modelo psicanalítico: de concepção freudiana, esse modelo sugere que o ser humano tem uma serie de impulsos sexuais não satisfeitos e que as decisões não-satisfeitas e as decisões tomadas procuram sua sublimação. Esse modelo é muito utilizado nos artigos comerciais.

3 – Modelo sociológico: o modelo sociológico determina que o comportamento humano é fortemente moldado pelo comportamento do grupo social a que o indivíduo pertence e pelas forças sociais que o envolvem. Em outras palavras, o consumidor acha que deve ter um comportamento semelhante (geralmente um pouco acima) ao de seus iguais. Isso quer dizer que, se o indivíduo pertence a um grupo social – “a galera” – que costuma utilizar tais ou quais produtos e praticar tais ou quais atos, ele também de utilizá-los, se possível, até dos mesmos fornecedores.

4 – Modelo econômico: esse modelo determina que o consumidor, quando busca um produto, analisa, antes de tudo, uma melhor relação custo/benefício. A obtenção dessa relação custo benefício precisa ficar bem clara, pois, segundo uma ótica simplista, o consumidor buscaria sempre um preço menor, que, em muitos casos, não reflete a realidade.

5 - Modelo de Maslow: Maslow define que as necessidades não se verificam todas ao mesmo tempo, mas aparecem em grupos e de uma forma tal que as necessidades de um determinado grupo só surgem quando as necessidades do grupo anterior já estejam satisfeitas. A representação do modelo de Maslow é uma pirâmide, o que significa que todos os indivíduos têm as necessidades do último grupo. E mais: a situação de um indivíduo, ou mesmo de um grupo de indivíduos, através da pirâmide, pode regredir, em função de um fator externo que venha a influenciar o indivíduo ou grupo, como aumento do nível de desemprego ou queda nos índices de confiança da população.

Salama (2012) destaca o fato de alguns economistas definirem os critérios de adesão na classe média levando em conta a distribuição de renda de um país, em particular, para definir o limite máximo. No entanto, na maioria das vezes os limites mínimos e máximos levam em conta a distribuição de renda. Pertencem à classe média, os indivíduos cujo



rendimento é situa-se entre o 3º e o 9º decil, entre o 2º e o 4º quintil ;ou, finalmente, aqueles cuja renda seria entre o 3º e o 4º quintil. “Na mesma linha, outros referem-se a renda média: pertencem a indivíduos de classe média (famílias) cuja renda é estar entre 0,75 e 1,25 vezes a renda média , ou entre 0,5 e 1,5 do rendimento médio , ou, finalmente, mais amplamente, aqueles cuja renda é entre 0,6 e 2,25 vezes a renda média” (SALAMA, 2012).

Marcelo Neri (2012) sem duvida alguma é o maior entusiasta da “nova classe média”. Em seu livro “a nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide” destaca que os avanços sociais em curso no país propiciaram a 40% da população ser incorporadas a classe C, e que tais avanços contemplaram, principalmente, os grupos sociais menos favorecidos: mulheres, negros, analfabetos e pessoas de baixa escolaridade. Para o autor, a nova classe média está no contexto das políticas sociais em curso no país que tem ajudado a quebrar o chamado “ciclo geracional” da pobreza e o “símbolo” dessa “nova classe média” é o vínculo formal de trabalho, isto é, a carteira assinada. Ainda segundo o referido autor, essa classe média a “la brasileira” difere da européia e norte-americana, mas é uma classe media mundial uma vez que a distribuição de renda no Brasil está muito próxima da distribuição de renda no mundo. Na metodologia adotada por Neri essa “nova classe média” engloba as faixas de renda situada entre 1.064 R\$ e 4.561 R\$ e para ele a “nova classe média” representa quase a metade da população nacional.

Mas o conceito de “nova classe média” utilizado por Neri e por outros autores não tem sido aceito passivamente por outros estudiosos do tema. Souza (2013), por exemplo, declara que a construção do conceito de uma “nova classe média” carece de qualquer reflexão aprofundada. Para o referido autor, Neri simplesmente toma o “rendimento médio” como indicador da “nova classe média”. “O conceito de “classe econômica” é absurdo já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a “faixas de renda” e não a ‘classes’” (SOUZA, 2013, p.56).

Diante do que foi descrito acima, para Marx a classe social remete a uma relação social com os meios de produção, relação esta que implica na necessidade de esses indivíduos se organizarem politicamente numa espécie de comunidade para que a classe se efetive. De acordo com Pereira (2012) as classes sociais, na literatura marxiana, figura lugar privilegiado na sua análise, e é estrutura movida e movente da história. Para Oliveira (2011) na análise teórica, Marx concebe a existência do modo de produção capitalista em estado puro onde as classes se reduzem à burguesia e ao proletariado em um modelo dicotômico. “A estrutura de



classes no modo de produção capitalista que podemos retirar de Marx está vinculada a sua concepção materialista da história. A relação fundamental é a relação dos produtores diretos da riqueza social, os proletários, e os apropriadores do excedente econômico, os donos dos meios de produção, os capitalistas (PEREIRA, 2012, p. 29)

Segundo Weber, o conceito de classe social se refere à ordem econômica da sociedade. Para o autor, classe social é definida como um grupo de indivíduos que tem em comum um componente causal representado exclusivamente por interesses econômicos e em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho. De acordo com Lemos (2011) para Weber classe social é definida por um número de pessoas que comungam em suas oportunidades de vida, um mesmo componente causal específico. Esse componente é exclusivamente representado por interesses de cunho econômico da posse de bens, das oportunidades de renda, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho. “A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não-proprietários. Como o fator que cria a classe é um interesse econômico claro vinculado à existência no mercado, a “situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação no mercado (LEMOS, 2011 *apud* WEBER, 1974)”.

Na visão de Pochmann não há no país uma “nova classe média”. Embora o autor destaque a importância dos avanços sociais obtidos pelos grupos que ocupam a base da pirâmide social ele destaca que é um equívoco entender a elevação de renda como mudança de classe social. O autor então afirma que não gosta do conceito de classe A, B, C, D, e E. Para ele este é um critério que normalmente as empresas adotam, analisando o nível de renda dos consumidores. Em face disso, Pochmann declara apreciar os critérios weberianos e marxistas para observar a estrutura de classes numa sociedade (RIZZOTO, 2013). De acordo com Kopper (2014, p.13):

O estudo coordenado pelo economista Marcio Pochmann (2012) questiona a pertinência do conceito de “nova classe média” para dar conta desses processos recentes de mobilidade social. Baseando sua análise na estrutura de ocupações da população, o autor sugere, desde uma perspectiva marcada pelo marxismo, que poucas mudanças em termos de estratificação social foram efetivamente observadas ao longo da última década no país.

Singer (2012) também aponta os avanços sociais ocorridos fruto das políticas sociais focadas na população mais carentes com programas sociais como bolsa família, aumento do crédito consignado e aumento do salário mínimo. Porém, o autor descarta a tese de que temos no país uma “nova classe média”, visto que o país está longe de um processo de distribuição



de renda pleno e por esta razão acredita na existência de um novo proletariado ou subproletariado. De acordo com o referido autor o que houve no país foi um “reformismo fraco”, pois ao mesmo tempo em que governo implementou uma importante política de combate a pobreza, manteve políticas macroeconômicas conservadoras como o “tripé” alto superávit fiscal, altas taxa de juros, regime de metas de inflação. “Teria havido, a partir de 2003, uma reorientação que permitiu, contando com a mudança de conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para reduzir a pobreza – e para ativação do mercado interno, sem confrontação com capital (SINGER, 2012, p.13)”.

5 CRÍTICAS AO CRESCIMENTO PUXADO PELA DEMANDA

É consenso entre muitos economistas que as políticas econômicas adotadas recentemente no Brasil contribuíram para que muitos indivíduos ascendessem verticalmente na pirâmide social. Como já discutimos neste trabalho, algumas questões objetivas tiveram fundamental contribuição para ocorrência desse processo, a exemplo da estabilidade monetária, conjuntura externa favorável propiciada, dentre outros fatos, pelo “boom” das commodities, além do “efeito China”.

Dada a conjuntura externa favorável o Brasil pôde acumular reservas internacionais, deixando assim de ser deficitário na balança de pagamentos após demandar, por muito tempo, capitais de compensação junto aos credores internacionais a fim de financiar os déficits em transações correntes. Em um ambiente econômico favorável, o governo Lula pôde adotar uma política de distribuição de renda mais intensa, com ampliação de programas de transferência de renda como “bolsa-familia”, além do aumento do salário mínimo, expansão do gasto público com as obras do PAC, expansão do crédito ao consumidor, redução de tributos a produtos da linha branca, dentre outras medidas. Tais políticas contribuíram para robustecer o mercado consumidor interno e assim a economia passou a ser dinamizada, sobretudo, pelo consumo das famílias.

Embora muitos autores reconheçam as virtudes desse processo eles apontam também as limitações que o modelo econômico puxados pela demanda apresenta. Delfim Neto (2012), por exemplo, destaca que políticas como as que valorizaram o salário mínimo não foram acompanhadas pelo aumento de produtividade do trabalho e que por isso não se sustentarão no longo prazo:



“Se o ganho de produtividade é todo destinado ao fator trabalho, não há como ampliar os investimentos. E o trabalho vai ser desempregado no futuro. Se todo o ganho de produtividade vai para o capital, não haverá demanda no futuro, e o capital também não encontra aplicação. De forma que existe um equilíbrio entre o que pode ser concedido e o que não pode ser concedido para manter a economia funcionando (...). A trágica verdade é que a produtividade física dos nossos trabalhadores está em queda e em determinadas ocasiões é negativa. Não é difícil entender as razões para essa perda da produtividade: houve redução do crescimento em alguns setores, particularmente da atividade no setor manufatureiro. Como os empresários da indústria costumam reter mão de obra na esperança de o crescimento se recuperar, a produção física da mão de obra por hora trabalhada é menor, resultando em que a produtividade seja negativa (DELFIN NETO, 2011, p. 1)

De modo semelhante, Bresser-pereira aponta que é impossível sustentar indefinidamente uma trajetória de crescimento liderada pelo consumo. De acordo com o referido, em algum momento do tempo o crescimento da participação dos salários na renda irá fazer com que a participação dos lucros na renda alcance o seu valor mínimo (BRESSER-PEREIRA ET AL, 2010). Ademais, o crescimento liderado pelos gastos do governo é também insustentável, pois se esses gastos aumentarem sem que caiam os lucros dos empresários e os salários dos trabalhadores e haverá mais cedo ou mais tarde inflação e crise na balança de pagamentos. Bresser-Pereira defende, então, o que ele chama de “macroeconomia estruturalista” na qual o desenvolvimento econômico depende de uma taxa de investimento elevada, que dependa da existência de oportunidades investimento lucrativas para empresas, que por sua vez dependem da existência de demanda interna e demanda externa (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Lamounier (2010) destaca também que o modelo pautado no consumo não se sustentará, pois o crescimento da classe média depende de fatores internos e externos. De um lado, a economia global, que, ao menor sinal de instabilidade, pode afetar momentaneamente o cenário brasileiro. Internamente, a deterioração das contas públicas pode levar o governo a desacelerar a economia para reduzir a pressão inflacionária (LAMOUNIER, 2010). Assim a sustentabilidade da “nova classe média” é questionável pelas seguintes questões: temos ainda a pior distribuição de renda do mundo, mesmo havendo redução nos índices de desigualdades; a protelação de reformas estruturais, a exemplo da trabalhista e tributária dificilmente ajudará o Brasil a dirimir o problema da informalidade, é um dos principais esteios da desigualdade (Lamounier e Souza, 2010). “Se a classe média resulta do encurtamento de distâncias sociais em função da difusão do consumo, como irão seus integrantes gerar novos padrões? Serão sustentáveis ou, antes, sob que condições serão sustentáveis ?” (LAMOUNIER, 2010)



Sicsú (2005) chama atenção ao fato de que políticas sociais como as que têm sido adotadas podem ser isoladas da retomada do crescimento e podem se revelar incapazes de garantir uma maior igualdade e podem também se transformar em políticas assistencialistas com todos os riscos políticos inerentes a estes processos (SICSÚ, et al 2005). Assim, as políticas econômicas que vem sendo adotadas por si só não terão autonomia suficiente para sustentar a economia no longo prazo. Ademais, as políticas econômicas adotadas já estão apresentando sinais de debilidade, visto que, dentre outros problemas, a economia não tem crescido a níveis satisfatórios de modo a incorporar parte significativamente da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Não obstante, quando a economia começa a crescer, a inflação “obriga” o governo adotar medidas contracionistas a fim de arrefecê-la.

Desta forma, de acordo com Sicsú, o país necessita “realizar uma transformação produtiva que resulte na elevação da produtividade da mão-de-obra que dê sustentação a uma competitividade internacional autêntica apoiada na incorporação de progresso técnico e em práticas gerenciais inovadoras” (SICSÚ, 2005, p.6). Tais políticas deverão perpassar pelo fortalecimento da base empresarial do país, com a adoção de uma política industrial voltada para exportações de maior valor agregado, desenvolvimento de uma infra-estrutura voltada para a competitividade sistêmica, melhoria no nível de qualificação da mão-de-obra, etc. (SICSÚ, 2005).

6 CONCLUSÃO

Será que as conquistas sociais da “nova classe média” não estão ameaçadas pelos desafios econômicos que o país enfrenta e enfrentará doravante? Será também que o “panglossianismo” dos seus entusiastas não tem sido demasiado a ponto de impedir que os tais enxergarem a verdadeira realidade? Embora os defensores da “nova classe média” acreditem que esse processo seja sustentado a sustentabilidade dele é uma incógnita.

Deve-se destacar também o fato de que mesmo havendo avanços sociais no Brasil que contribuíram para melhorar alguns indicadores sociais, eles não foram suficientes para promover uma política social mais inclusiva que garantisse acesso a educação, a saúde pública de qualidade e a outros serviços básicos a seus cidadãos. Embora os integrantes da “nova classe média” tenham realizado o sonho de consumir bens e serviços dantes consumidos, muito de seus componentes continuam vivenciando diariamente problemas



graves. “Esse conjunto de 100 milhões de pessoas que agora estamos chamando de “nova classe média” tem carências enormes na área da saúde, tanto de educação e prevenção quanto de atendimento médico-hospitalar, custo dos medicamentos etc.” (LAMOUNIER, 2013, p.2). Não obstante, os integrantes da “nova classe média” ainda continuam se locomovendo em transporte público de péssima qualidade e os seus filhos ainda estudam em colégios públicos de péssimo ensino e muitos ainda vivem em localidades insalubres, como guetos, vielas, cortiços e etc.

Para que a “nova classe média” continue vivenciando as conquistas sociais que foram proporcionadas pelas políticas sociais que até o presente momento foram adotadas é necessário que haja reformas em diversos âmbitos, como a reforma no sistema tributário, além de investimentos maciços em infra-estrutura, fato este que irá contribuir para aumentar a capacidade produtiva da economia. Tais questões irão corroborar não somente para o crescimento econômico do país, mas também para o seu desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. **A nova classe média vai ao paraíso?** Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo7.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo uma proposta para economia do Brasil. **Revista Nueva sociedad em português**, ISSN: 0251-3552, dez. de 2010 Disponível em: www.nuso.org

BRESSER-PEREIRA, L. C; MARCONI, N.; OUREIRO, J. L. **Desenvolvimento puxado pela demanda**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.3.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BELUZZO, L. G. de M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BLECKER, R. A. **Modelos kaleckianos de crescimento puxado por la demanda**.

GUERRA, A. ET AL. **Classe média desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006.

GALEANO, E. A; Feijó, C. Determinantes do crescimento econômico desigual entre as regiões brasileira: uma avaliação da produtividade, da inovação e do gap tecnológico nos anos 1990 e 2000. **Revista de nexos econômicos**. n.7, dez. de 2010, v. IV, p. 85-119.



FERRARI FILHO, F; FONSECA, P. C. D. Qual desenvolvimento? **Uma proposição à la *wage-led* keynesiano- institucionalista**. Disponível em:

<<http://econpapers.repec.org/paper/anpen2013/024.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2014

FREITAS, F. Uma análise crítica do modelo kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações. Disponível em:

<www.ie.ufrj.br/.../pdfs/.../uma_analise_critica_do_modelo_kaldoriano.do..>. Acesso em: 28 mar. 2014.

KOPPER, M. Antropologia e Classes Sociais no Brasil Contemporâneo. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

LAMOUNIER, B; SOUZA, A. de. **A classe média brasileira ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAMOUNIER, B. Entrevista Bolívar Laumonier. Consensus entrevista, 2013. Disponível em: <http://www.augurium.com.br/wpcontent/uploads/2013/05/revistaconsensus.pdf>. Acesso em: 20 de abr.2014

MARTINEZ, T. S.; BRAGA, J. de M. **Crescimento liderado pelos salários, política monetária e inflação no Brasil**. Disponível em:

<http://www.akb.org.br/upload/130820121621498835_Martinez.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

MARTINS, J. P; Marilena Chauí. **“não existe nova classe média”**. Disponível em:

<<http://socialistamorena.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 25 ABR. 2014.

MOURA, A. R. PAEG e. **Real dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Neri, M. **“A nova classe média o lado brilhante da base da pirâmide”**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

NETO, A. D. Salários e empregos. **Carta capital**. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 18 ABR. 2014.

OLIVEIRA, F. L. de. **A nova classe média brasileira**. Disponível em:

<<http://www.pensamientoiberoamericano.org.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

POCHMANN, M. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. [Nota técnica]. IPEA, mercado de trabalho, agosto de 2004.

POCHMANN, M. **O trabalho na base social da pirâmide**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRIEB, S. A. M. **A classe média diante da crise. Um estudo comparado entre Brasil e Portugal**. In: VII colóquio internacional Marx e Engels.



RIZZOTO, P.M. **Marcio Pochmann critica conceito de nova classe média**. Disponível em: http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/aumento-de-renda-nao-significa-elevacao-social_136854.html. Acesso em: 25 abr.2014.

SALAMA, P. **Les classes moyennes peuvent elles dynamiser la croissance du PIB dans les économies émergentes?** Disponível em: <www.fmsh.fr/fr/c/4904>. Acesso em: 28 abr. 2014.

SICSÚ, J. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração, 2013.

SICSÚ, J; PAULA, L. F. de; MICHEL, R.. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**. n. 186, p. 3-5, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

WANDERLEY, L. A. Globalização contemporânea e novas tecnologias: uma leitura arrighiana. **Revista de Economia**, UFPR, v. 37, n. 1, p. 33-57, jan./abr. 2011.